



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO
(CONSEPE) N.º 08/2011

Dispõe sobre a criação do Regimento do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE) da Universidade Federal do Tocantins – UFT.

O Egrégio Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – Consepe, da Universidade Federal do Tocantins - UFT, reunido em sessão ordinária no dia 29 de abril de 2011, no uso de suas atribuições legais e estatutárias,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a criação do Regimento Interno do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – Consepe, da Universidade Federal do Tocantins - UFT, conforme anexo.

Art. 2º Revogar a Resolução n.º 01/2004 do Consepe e demais disposições em contrário.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Palmas, 29 de abril de 2011.


Prof. Alan Barbiero
Reitor



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

Anexo à Resolução n.º 08/2011 do Consepe.

REGIMENTO DO CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO (CONSEPE)
DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

CAPÍTULO I
Das Disposições Preliminares

Art. 1º O presente Regimento disciplina a organização e o funcionamento do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Consepe).

Art. 2º O Consepe é o órgão consultivo e deliberativo da Universidade em matéria didático-científica e cultural.

CAPÍTULO II
Da Composição e Competência

Art. 3º O Consepe tem a seguinte composição:

- I - Reitor, seu Presidente;
- II - Vice-Reitor, seu Vice-Presidente
- III - Pró-Reitores;
- IV - Todos os Coordenadores de cursos de graduação e de pós-graduação *strictu sensu*;
- V - Um representante do corpo docente;
- VI - 1/5 (um quinto) de representação do corpo discente, referente aos demais membros do Conselho;
- VII - Um representante do corpo técnico-administrativo.

Parágrafo Único. Os mandatos previstos nos incisos V, VI e VII terão a duração de 02 (dois) anos, não sendo permitida a recondução.

Art. 4º Compete ao Consepe:

- I - exercer, como órgão consultivo e deliberativo, a administração superior da Universidade, em matéria relacionada ao ensino, à pesquisa e à extensão;

- II - planejar a política educacional da Universidade;
- III - julgar recursos de decisão da Reitoria, dos *campi* e das Coordenações de Curso em matéria didático-científica;
- IV - estabelecer normas sobre a organização e funcionamento dos cursos de graduação e pós-graduação;
- V - baixar normas que visem ao aperfeiçoamento dos processos seletivos utilizados para o ensino de graduação;
- VI - propor ações para melhoria do processo ensino-aprendizagem nos cursos da Universidade;
- VII - propor ao Consuni a criação e a extinção de cursos de graduação e de programas de pós-graduação *stricto sensu*;
- VIII - deliberar sobre a fixação de currículos de cursos e o estabelecimento de planos, programas e projetos de pesquisa científica, produção artística e atividades de extensão na UFT;
- IX - dispor sobre a aplicação dos fundos especiais de pesquisa e extensão;
- X - propor a concessão e diploma de Doutor *Honoris Causa*;
- XI - elaborar, aprovar ou modificar o próprio Regimento;
- XII - deliberar sobre assuntos didáticos e científicos em geral;
- XIII - autorizar convênios entre os *campi* e entidades industriais, comerciais ou outras, com vistas à realização de trabalhos de pesquisa;
- XIV - aprovar planos de cursos de pós-graduação dos *campi*;
- XV - fixar o número de vagas para o processo seletivo dos cursos de graduação, ouvindo-se os *campi*;
- XVI - fixar normas para realização de concursos, transferências internas e externas e permuta de vagas;
- XVII - fixar normas para processo seletivo e/ou recondução de docentes substitutos;
- XVIII - apreciar os projetos de pesquisa e de extensão encaminhados pelos *campi*;
- XIX - fixar critérios para liberação de docentes candidatos a cursos de pós-graduação;
- XX - guardar e/ou garantir a observância do cumprimento do Regimento Acadêmico;
- XXI - elaborar normas para transferência de docentes permanentes;
- XXII - apreciar e emitir parecer conclusivo sobre representação contra membros da comunidade acadêmica, no que diz respeito a aspectos didático-científicos;
- XXIII - aprovar a concessão dos títulos universitários a que se refere o Art. 63 do Estatuto da UFT;
- XXIV - avocar competência de órgãos que lhe sejam subordinados e que não tenham sido exercidos, em tempo oportuno, em prejuízo da Universidade;
- XXV - deliberar, originariamente ou em grau de recurso, sobre qualquer assunto de ensino, pesquisa e extensão, omissos no Estatuto e no Regimento Geral da UFT;

XXVI - desempenhar outras atribuições conferidas no Regimento.

Parágrafo Único. As decisões a que se refere o inciso XI dependerão do voto de 2/3 (dois terços) dos membros do Consepe.

Art. 5º Os recursos serão interpostos para o Conselho Universitário (Consuni) quando as decisões do Consepe não observarem a legislação pertinente ao assunto.

CAPÍTULO III

Do Funcionamento

Seção I

Do Recebimento dos Processos

Art. 6º Os pedidos, pretensões ou requerimentos endereçados ao Consepe, ou que abranjam matéria da sua competência, deverão ser encaminhados à Presidência do Conselho, que os despachará à Secretaria dos Órgãos Colegiados Superiores (SOCS) para autuação em forma de processo e distribuição às Câmaras Temáticas, uma vez verificada a atenção do mesmo com as matérias de alçada.

Parágrafo único. Com os pareceres das Câmaras Temáticas, o Reitor incluirá o processo na ordem do dia da primeira sessão seguinte, juntamente com as demais matérias a serem submetidas ao Consepe.

Art. 7º A autuação, as certidões, as atas, as Resoluções e os procedimentos administrativos ficarão a cargo da SOCS.

Art. 8º Cada Câmara Temática terá um prazo não superior a 10 (dez) dias para a elaboração do parecer, salvo prorrogação concedida pelo Reitor, atendida as complexidades do assunto e consideradas as dificuldades da instrumentação.

Art. 9º Os pareceres, sempre que possível, obedecerão ao modelo padrão fornecido pela SOCS, sendo objetivos, conclusivos e assinados pelo relator.

Art. 10. Compete ao Plenário:

- I - exercer as atribuições conferidas pelo Estatuto da UFT;
- II - homologar as decisões das Câmaras nos assuntos de interesse geral da Universidade;
- III - julgar os recursos interpostos contra as decisões das Câmaras;
- IV - apreciar os despachos proferidos pelo Presidente em assuntos que dependam de aprovação do Consepe;

V - julgar os recursos interpostos na forma do Estatuto e Regimento Geral da UFT;

VI - aprovar normas referentes às atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Art. 11. Compete ao Presidente:

I - presidir as reuniões plenárias;

II - aprovar a pauta e a ordem do dia de cada reunião;

III - convocar reuniões ordinárias e extraordinárias;

IV - resolver as questões de ordem;

V - promover o funcionamento regular do Consepe;

VI - exercitar, além do voto de Conselheiro, o desempate;

Seção II

Das Câmaras

Art. 12. O Consepe será estruturado por meio das Câmaras de:

I - Planejamento;

II - Graduação;

III - Pesquisa e Pós-Graduação;

IV - Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários;

V – Assuntos Estudantis.

Art. 13. A recepção das fichas cadastrais dos Conselheiros para candidatarem-se a membros das Câmaras ficará a cargo da SOCS, que obedecerá ao disposto nos arts. 13 a 17 deste Regimento.

Art. 14. A composição definitiva dos membros das Câmaras será realizada após reunião ampliada da Câmara, contada a partir da nova composição, em que os pares definirão o nome de no máximo 8 (oito) titulares e 3 (três) suplentes, guardada a representatividade, e a Câmara os apresentará ao pleno do Consepe, com a possibilidade de aumentar esse número de acordo com a necessidade da Câmara e aprovação do Consepe.

Art. 15. A Câmara de Planejamento será constituída pelo Pró-Reitor de Planejamento, como seu Presidente, por 08 (oito) Conselheiros do quadro de servidores efetivos da UFT, representando as diversas áreas de conhecimento, e por 02 (dois) Conselheiros discentes.

Art. 16. A Câmara de Graduação será constituída pelo Pró-Reitor de Graduação, como seu Presidente, por 08 (oito) Conselheiros do quadro de servidores efetivos da UFT, representando as diversas áreas de conhecimento, e por 02 (dois) Conselheiros

discentes.

Art. 17. A Câmara de Pesquisa e Pós-Graduação será constituída pelo Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação, como seu Presidente, por 08 (oito) Conselheiros do quadro de servidores efetivos da UFT, representando as diversas áreas de conhecimento, e por 02 (dois) Conselheiros discentes.

Art. 18. A Câmara de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários será constituída pelo Pró-Reitor de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários, como seu Presidente, por 08 (oito) Conselheiros do quadro de servidores efetivos da UFT, representando as diversas áreas de conhecimento, e por 02 (dois) Conselheiros discentes.

Art. 19. A Câmara de Assuntos Estudantis será constituída pelo Pró-Reitor de Assuntos Estudantis, como seu Presidente, por 8 (oito) Conselheiros do quadro de servidores efetivos da UFT, representando as diversas áreas do conhecimento, e por 02 (dois) Conselheiros Discentes.

Art. 20. Compete às Câmaras:

I - decidir sobre problemas específicos da sua área de atuação, respeitadas as normas gerais emanadas do Consepe;

II - proceder a estudos sobre assuntos relacionados com sua área de atuação, oferecendo ao Conselho sugestões para a elaboração de normas que regulem e disciplinem a operacionalização das atividades respectivas;

III - promover outros estudos e pesquisas necessários ao aperfeiçoamento de sua atuação;

IV – Julgar os assuntos que já estão definidos em Resoluções e Normativas e comunicar ao Plenário sua decisão.

Parágrafo Único. Compete à Câmara de Planejamento apreciar os planos de trabalho e relatórios das atividades de ensino, pesquisa, extensão, cultura e assuntos comunitários, encaminhados pelas demais Câmaras, compatibilizando as informações com vistas ao planejamento global.

Art. 21. As Câmaras reunir-se-ão com a maioria absoluta de seus membros e deliberarão por maioria simples, cabendo ao Presidente o voto de qualidade.

Art. 22. O Presidente de cada Câmara designará o relator dos processos a ele encaminhados.

Art. 23. Ao relator do processo compete diligenciar o necessário para sua completa instrução.

Art. 24. O relator terá o prazo de 10 (dez) dias para emitir o seu parecer, contados a partir da data de distribuição.

Parágrafo Único. Esgotado o prazo concedido ao relator, o processo será incluído em pauta.

SEÇÃO III

Da Convocação e Instalação da Sessão

Art. 25. O Consepe será convocado e presidido pelo Reitor.

§1º. Nas faltas e impedimentos do Reitor, o Colegiado será convocado e presidido pelo Vice-Reitor.

§2º. Nas faltas e impedimentos de ambos, a presidência recairá sucessivamente nas pessoas do Pró-Reitor de Graduação, do Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação, do Pró-Reitor de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários, do Pró-Reitor de Administração e Finanças, do Pró-Reitor de Avaliação e Planejamento e do Pró-Reitor de Assuntos Estudantis ou do membro mais antigo no Magistério Superior da Universidade, dentre os Conselheiros presentes à reunião.

Art. 26. Para a abertura da sessão haverá necessidade da presença da maioria simples dos membros do Conselho, segundo o livro de presenças.

Art. 27. As reuniões ordinárias do Plenário serão realizadas periodicamente, conforme calendário previamente fixado e divulgado pela presidência, no início de cada semestre letivo.

§1º. A quantidade de reuniões ordinárias não poderá ser inferior a 05(cinco) por ano.

§2º. Havendo necessidade, o Conselho poderá reunir-se extraordinariamente, tantas vezes quantas forem necessárias, por convocação do Presidente ou através de requerimento da maioria dos seus membros.

Art. 28. Será obrigatório, tendo prioridade em relação a qualquer outra atividade universitária, o comparecimento à reunião do Consepe.

Art. 29. O não comparecimento do Conselheiro a 03 (três) reuniões consecutivas ou a 04 (quatro) intercaladas no ano, sem justificativa por escrito implicará na perda da função no Consepe, na notificação do fato ao Conselho Diretor e ao Colegiado, tendo este último a responsabilidade de promover novas eleições para Coordenador.

Parágrafo único. As justificativas de faltas deverão ser encaminhadas às SOCS.

Seção IV

Da Sessão do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão

Art. 30. Na hora regimental, verificada a presença dos conselheiros em número legal, o Reitor declarará abertos os trabalhos da sessão.

Art. 31. A seguir, o Presidente fará a leitura da pauta, sendo a sequência dos trabalhos a seguinte:

I - apreciação e aprovação da ata da sessão anterior;

II – informes específicos e gerais da Universidade;

III - discussão e votação da matéria constante da ordem do dia, na seguinte ordem:

a) Matérias Ordinárias – Decisões das Câmaras baseadas em Resoluções e Normativas que possuam um rito definido.

b) Matérias Extraordinárias – Assuntos relacionados a temas que não possuam ritos definidos por normativa.

Art. 32. Declarada aberta a reunião, proceder-se-á à discussão e à aprovação da Ata, previamente distribuída. Em seguida, passar-se-á aos informes de natureza específica da Universidade, que deverão ser repassados previamente pelos Conselheiros à SOCS para controle, em seguida serão repassados os informes de natureza geral pelo Reitor, e por fim à ordem do dia.

Parágrafo único. Entende-se por natureza específica os informes repassados pelos Conselheiros Pró-Reitores, Coordenadores de Curso e representantes de categoria.

Art. 33. A ata da sessão será elaborada pela Secretária dos Órgãos Colegiados Superiores, que a assinará em conjunto com o Reitor, este como Presidente do Consepe, dela constando os nomes dos membros que compareceram.

Parágrafo único. Todos os Conselheiros deverão assinar o livro de presenças do Consepe.

Art. 34. Qualquer manifestação despertada pelo conhecimento do expediente deverá assumir a forma de proposta, moção ou mediante requerimento escrito, os quais serão apreciados depois de esgotada a ordem do dia.

Parágrafo único. As moções, propostas e requerimentos, a fim de melhorar o rendimento da sessão, adotarão estilo preciso e conciso.

Art. 35. A ordem do dia será discutida e votada item por item, sucessivamente.

Art. 36. O Consepe poderá decidir a inversão da ordem do dia ou a alteração da

escala dos seus itens, conforme as necessidades do momento.

Art. 37. O período de duração da sessão será de 03 (três) horas, admitindo-se sua prorrogação, em caráter excepcional, a critério dos conselheiros, por tempo não excedente a 30 (trinta) minutos.

Parágrafo único. Eventualmente poderão ocorrer duas sessões por dia, a depender dos assuntos a serem tratados na pauta.

Art. 38. O processo submetido às Câmaras Temáticas, quando colocado em julgamento, será apresentado pelo relator que funcionou na Comissão.

§1º. O relator disporá do prazo de 15 (quinze) minutos prorrogáveis por proposta do Presidente do Conselho, aprovada pela maioria dos membros.

§2º. Cada Conselheiro poderá intervir na discussão durante 5 (cinco) minutos improrrogáveis.

Art. 39. O Presidente da sessão, após declarar encerrada a discussão, tomará os votos dos conselheiros, que serão anotados pela Secretária.

§1º. A despeito da existência de pronunciamentos ou propostas divergentes do parecer do relator, terá este precedência na ordem de votação.

§2º. Ao votar, o Conselheiro limitar-se-á a emitir sua declaração conclusiva sobre o ponto em votação, dispensadas as exposições de motivos.

§3º. Assegura-se ao Conselheiro votante o direito de efetuar declaração de voto por escrito, a qual será apresentada durante o transcurso da própria sessão.

§4º. Ao final, o Presidente da sessão proclamará o resultado.

Art. 40. Qualquer Conselheiro poderá, a qualquer momento, pedir a palavra pela ordem, a fim de solicitar esclarecimentos ao relator.

Art. 41. Nenhum membro participante da sessão poderá intervir, provocando discussões paralelas.

§1º. O Plenário poderá decidir pelo julgamento de processo em regime de urgência, hipótese em que só poderá ser concedida vista na própria sessão.

§2º. Esgotado o prazo concedido para a concessão de vista, prosseguirão, normalmente, os trabalhos da reunião.

Art. 42. Todo Conselheiro goza do direito de requerer vista do processo, caso não se julgue habilitado a proferir o seu voto.

§1º. O pedido de vista só será concedido se a documentação relacionada com o assunto a ser votado não for encaminhada aos conselheiros com, no mínimo, 48 (quarenta e oito) horas de antecedência à realização da sessão.

§2º. Concedida vista, os autos deverão ir a julgamento, na sessão seguinte,

impreterivelmente.

Art. 43. A votação será simbólica ou nominal, pública ou secreta, na forma deste Regimento.

I - A votação simbólica se constituirá regra geral.

II - A votação nominal será tomada em decorrência de dúvidas ou a requerimento de algum Conselheiro.

III - A votação será secreta quando o plenário julgá-la necessária.

Parágrafo único. Quando secreta a votação, o Presidente da sessão providenciará o fornecimento de cédulas, organizará a recepção dos votos e presidirá a apuração.

Art. 44. O Conselheiro usará, em relação aos outros membros do Consepe, o tratamento de “Conselheiro” e, em relação ao Presidente da sessão, a expressão “Presidente”, à exceção do Reitor, que será tratado como Magnífico Reitor.

Art. 45. O Conselheiro, quando lhe couber a distribuição do processo e quando votar, deverá declarar os motivos de impedimento e incompatibilidade que o afastam da discussão e da votação.

Art. 46. As deliberações do Consepe dar-se-ão por maioria simples dos membros presentes segundo o livro de presenças, excetuando-se a hipótese prevista no inciso XI do Artigo 4º deste Regimento.

CAPÍTULO IV **Das Disposições Gerais**

Art. 47. O Presidente do Consepe poderá constituir comissões para estudo de questões específicas da área de sua competência.

Art. 48. Os casos omissos neste Regimento serão resolvidos pelo Plenário.

Art. 49. Esta Resolução revoga a Resolução n.º 01/2004 do Consepe e demais dispositivos em contrário.

Palmas, 29 de abril de 2011.